

## **OUTSIDERS E ESTIGMA:** Duas perspectivas sobre o desvio social

Paulo Ricardo Diniz Filho<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Howard Becker e Erving Goffman despontam, em vários aspectos, como figuras centrais da Sociologia desenvolvida pela Escola de Chicago. O presente trabalho busca analisar os pontos em comum entre tais autores, a partir de duas perspectivas: seus enfoques sobre o fenômeno do desvio social, assim como a maneira por meio da qual desenvolvem e apresentam seus enfoques teóricos. Mais do que semelhanças, entretanto, são as complementaridades que se destacam na análise aqui proposta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociologia. Desvio social. Escola de Chicago.

### **ABSTRACT**

Howard Becker and Erving Goffman have, in many aspects, played central roles in the development of the sociological thought that marks the Chicago School of Sociology. The present article analyses some perspectives these both authors have in common, specifically considering how they look at the social deviance phenomenon, and how they develop their theoretical approaches to this subject. Becker's and Goffman's work are, in a general perspective, not only similar in many ways, but mostly complementary to each other.

**KEYWORDS:** Sociology. Social deviance. Chicago School of Sociology.

## **1 INTRODUÇÃO**

A Universidade de Chicago surgiu, em fins do século XIX, em um contexto incomum. Foi criada a partir de uma vultosa doação feita pelo milionário John D. Rockefeller, em uma cidade que, em poucas décadas, havia se transformado de uma pequena vila em centro urbano com mais de um milhão de habitantes – crescimento esse baseado, principalmente, na recepção de migrantes e de imigrantes das mais variadas origens (BECKER, 1996).

A Chicago que abrigou a Universidade que nascia – assim como seu Departamento de Sociologia – era um impressionante caldeirão de cores, religiões, raças, línguas e interesses distintos, no qual os conflitos, a violência e o vício não

---

<sup>1</sup> Docente na Faculdade Pará de Minas – FAPAM, Fundação Pedro Leopoldo, e do Centro Universitário Una. Bacharel em Relações Internacionais (PUC - Minas). Especialista em Gestão de Políticas Sociais (PUC - Minas). Mestre em Ciências Sociais (PUC - Minas). Doutorando em Ciências Sociais (PUC - Minas), Graduando em Direito (PUC - Minas) e em Administração Pública (UFU). E-mail: [paulo.ng.diniz@gmail.com](mailto:paulo.ng.diniz@gmail.com)

podiam deixar de se fazer presentes. A riqueza – cultural e de problemas – dessa cidade atraiu a atenção dos pesquisadores do Departamento de Sociologia. Nasce do estudo desses problemas – por meio de metodologia inovadora – a Escola Sociológica de Chicago, que exerceu indiscutível hegemonia sobre o meio acadêmico norte-americano entre 1915 e 1935 (COULON,1995), deixando marcas indeléveis na sociologia mundial até os dias de hoje.

Trabalhos detalhados sobre gangues de rua, trabalhadores sazonais, camponeses e imigrantes leste-europeus, dançarinas profissionais e muitos outros grupos tidos como mais envolvidos com os problemas sociais da cidade deram a tônica da sociologia feita em Chicago durante suas primeiras décadas do século XX (COULON,1995; BECKER,1996). A metodologia utilizada por esses pesquisadores pioneiros – especificamente, pelas duas primeiras “gerações” de pesquisadores de Chicago, que predominaram da década de 1910 até a de 1950 – ganhou notoriedade por seus aspectos qualitativos, e tão grande foi o choque causado por essa inovação, que se consolidou a errônea ideia da Escola de Chicago como utilizadora exclusiva de métodos de pesquisa qualitativos (COULON,1995; BECKER,1996).

A opção pelo foco nos grupos sociais mais “problemáticos”, unida à proximidade inovadora que se adotava em relação à realidade estudada, fez com que as duas primeiras “gerações” da Escola de Chicago produzissem vários estudos profundos e pontuais sobre muitos aspectos da vida de uma grande metrópole (BECKER, 1996). Apenas a “terceira geração” de pesquisadores da Escola de Chicago – que iniciara seus estudos enquanto seu Departamento de Sociologia perdia a hegemonia das décadas anteriores, por volta de meados dos anos 1940 – é que se lançou à empreitada de sistematizar em teoria aquilo que seus antecessores haviam estudado (COHEN, 1968; VELHO, 1974). Como consequência lógica do passado da Escola de Chicago, as teorias que começaram a ser elaboradas estavam intimamente relacionadas com os estudos realizados pelas duas “gerações” anteriores de sociólogos desse Departamento. Destacam-se, nesse contexto, as teorias que tratam do “comportamento desviante”.

O presente trabalho vai se dedicar a duas obras surgidas desse contexto de sistematização teórica do pensamento de Chicago, que tratam de diferentes formas do fenômeno do “comportamento desviante”: *Outsiders*, de Howard Becker (1973), e *Estigma*, de Erving Goffman (1988), ambas publicadas inicialmente no ano de 1963.

## **2 OUTSIDERS: STUDIES IN THE SOCIOLOGY OF DEVIANCE**

*Outsiders*, de Howard Becker (1973), é tida como uma das principais obras de caráter teórico que tratam do desvio social. É, por isso, a culminação de uma longa série de trabalhos empíricos sobre o mesmo assunto, realizadas pelos pesquisadores da Escola de Chicago. Mesmo assim, *Outsiders* não deixa de dar bastante atenção ao trabalho de campo – à “proximidade do objeto de estudo”, segundo Becker (1973). De um total original de nove capítulos, quatro tratam de casos empíricos, e um analisa aspectos metodológicos (em sua maioria, ligados ao trabalho de campo). Mesmo sendo exceção, *Outsiders* não foge totalmente à regra dos trabalhos da Escola de Chicago.

Com a obra em questão, Becker (1973) dá grande impulso à concepção interacionista do desvio social. Nela, o estudo da sociologia parte do pressuposto da importância crucial da ação coletiva, de maneira que as reações das pessoas às ações umas das outras é que dão a dinâmica das relações sociais.

Se nós olharmos detidamente para nosso objeto de estudo, muito provavelmente veremos os aspectos para os quais os teóricos do interacionismo chamam a atenção. Veremos que as pessoas que se envolvem com atos convencionalmente tidos como desviantes não são motivadas por forças misteriosas e desconhecidas. Elas fazem o que fazem por praticamente as mesmas razões que justificam as atividades mais comuns. Veremos que as regras sociais, longe de serem rígidas e imutáveis, são continuamente reconstruídas em cada situação, para se adequarem à conveniência, vontade e poder de vários atores. Veremos que as atividades tidas como desviantes geralmente requerem elaboradas redes de colaboradores, do tipo que dificilmente poderiam ser mantidas por pessoas com doenças mentais incapacitantes. A teoria interacionista pode ser a consequência quase inevitável da submissão de nossas teorias do desvio ao escrutínio da observação cuidadosa das coisas das quais elas devam tratar. (BECKER, 1997, p.192, tradução nossa).

Sob a perspectiva interacionista, então, o desvio social é fruto de uma relação entre atores. Definindo desvio como a “quebra” de uma regra geralmente aceita (BECKER, 1973), temos, assim, várias relações envolvidas na perpetuação do ato desviante. Becker (1973) examina, em *Outsiders*, cada uma das relações envolvidas com o fenômeno do desvio social. Trata do processo de criação das regras sociais, do *modus operandi* dos agentes encarregados da implementação dessas regras, da aproximação do “futuro sujeito desviante” dos grupos sociais que desrespeitam regras, da absorção das regras e valores desse grupo, da superação do receio quanto a ser

punido por seu comportamento desviante, da “evolução” dentro desse universo de transgressão, até a culminação, que é a organização desses grupos e a ação deles com o objetivo de combater a regra que proíbe o tipo de prática por eles prezado.

Howard Becker (1973), entretanto, não encadeia sua análise na ordem lógica exposta acima. A exposição inicial que faz de seus conceitos mais importantes o leva a começar pela definição do próprio desvio, da forma como ele “se materializa” enquanto fato social, para depois explicar a própria natureza do “raciocínio sequencial” que adota, e, assim, passar ao estudo das etapas expostas acima. O autor (BECKER, 1973) destaca a importância da sequência por ele utilizada em oposição às outras teorias que tratam do desvio social: se não através de uma série de relações lógicas que se encadeiam – cada uma colocando o ator em posição de se engajar na relação seguinte –, só restaria como explicação para comportamento desviante um conjunto de argumentos simultâneos, ou seja, que considerassem o problema como “pronto” desde o início. Nessa oposição ao pensamento interacionista de Becker (1973), destacam-se as explicações de cunho médico, que colocam o desvio social como “um tipo de doença”, sobretudo de caráter psiquiátrico. Becker (1973) cita vários tipos de comportamento tidos como desviantes que, certamente, não podem ser reputados apenas a uma condição de saúde: o roubo, por exemplo, só seria explicado como “ato simultâneo” em sua manifestação mais insignificante, que é a cleptomania; as complexas estruturas que circundam os ladrões profissionais – desde policiais corruptos até receptores de mercadorias roubadas – não poderiam, de forma alguma, ser explicadas como um surto de doença psiquiátrica.

Dessa maneira, Becker (1973) estabelece uma série de passos, que se influenciam mutuamente e determinam a “carreira” do sujeito desviante. O usuário da maconha, por exemplo, tem como primeiro passo em sua “carreira” de usuário da droga a aproximação do grupo de pessoas que já a consomem, o que passa a lhe proporcionar acesso fácil ao produto, banido pela sociedade.

Esse primeiro passo é pautado por uma série de desafios, nos quais o sujeito supera os estereótipos difundidos na sociedade a respeito do consumidor de maconha, aprende a lidar com o medo de ser pego cometendo o – ainda hipotético – ato do consumo da droga, dentre outros. A superação desses desafios se dá no momento que a pessoa compara os benefícios que poderá ter com o consumo da droga, com os reveses que poderão recair sobre ela: quanto mais o sujeito tem a perder – emprego, família, amigos, assim como outros vínculos e responsabilidades já assumidos com a sociedade

– menores são suas chances de completar a trajetória que compõe o primeiro passo da “carreira” de desviante.

Quando completa o primeiro passo, a pessoa já tem a droga disponível, e passa a enfrentar o dilema do uso – ou não. Posteriormente, o terceiro passo trata da frequência do consumo da droga, que traz consigo consequências bastante graves, pois se torna cada vez mais difícil conciliar o consumo da droga com a preservação dos vínculos sociais que não resistiriam à exposição pública de um ato desviante desse tipo. Chega-se ao ponto de esses vínculos sociais serem gradualmente diminuídos, de forma que as relações sociais do consumidor contumaz de maconha praticamente se resumem ao âmbito do círculo de consumidores dessa droga.

Interessante notar o destaque dado por Becker (1973), já no início de *Outsiders*, ao fato de que, dentro do grupo dos viciados, o comportamento desviante é o do membro que não consome drogas. Essa concepção deriva da teoria interacionista por ele utilizada, e fez do livro aqui analisado alvo de críticos ferozes, que acusavam o autor de relativizar a gravidade dos desvios sociais, e que levaram Becker (1973) a adicionar um décimo capítulo à edição de 1973, como forma de resposta.

A complexidade das sociedades modernas, compostas de incontáveis subgrupos sociais dotados de regras próprias e, muitas vezes, sobrepostas, justifica o emprego da perspectiva de análise interacionista: em um ambiente que oferece inúmeros e conflitantes conjuntos de valores identitários e padrões de comportamento, as possibilidades são tantas, que colocam em cheque a capacidade explicativa de regras absolutas e invariáveis.

Quanto ao ato desviante em si, do ponto de vista da sociedade, também se aplica a abordagem em etapas. Assim, há a necessidade de que, primeiramente, o ato desviante cometido seja descoberto por outrem. Nesse ponto, ele pode ou não ser divulgado, pode ou não gerar constrangimento, ser tolerado totalmente na esfera reduzida daqueles que sabem de sua existência, ou apenas levemente repreendido.

O passo seguinte é aquele no qual o desviante é exposto em sua infração – assim, é efetivamente rotulado perante a sociedade (BECKER, 1973). São abertas, assim, várias possibilidades para que o desfecho final não seja o do cumprimento estrito da regra: em cada passo desse trajeto, atuam diferentes atores, cujos interesses momentâneos se combinarão para produzir a exposição – ou o acobertamento – do sujeito desviante, a exigência – ou não – do castigo apropriado por seus atos, dentre outras possibilidades. Considerações desse tipo ficam evidentes quando Becker (1973)

analisa o papel dos agentes responsáveis pelo cumprimento das regras (mais comumente, a polícia): esses são obrigados a definir prioridades, selecionar os casos mais aberrantes – ameaçadores da ordem social – para serem enfrentados inicialmente, e assim, acabam por transigir com pequenas infrações.

A ação seletiva no cumprimento das regras, assim como os vários interesses relacionados ao processo de rotulação de um desviante, levaram Becker (1973) a organizar uma matriz contendo a parte central de sua argumentação, exposta no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1: Tipos de comportamento desviante

	<b>Comportamento obediente</b>	<b>Comportamento transgressor</b>
<b>Percebido como desviante</b>	Falsamente acusado	Desviante puro
<b>Não percebido como desviante</b>	Conformado	Desviante secreto

Fonte: Becker, 1973.

O desvio social, visto sob essa perspectiva, deixa de ser absoluto, passando a comportar gradações e categorias. A depender da circunstância de cada ato desviante – e da relação que se estabelece em cada caso – há diferentes chances de o resultado final ser o da rotulação do ato como desviante.

Becker (1973) destaca que crimes cometidos por negros (ele se refere aos EUA) têm chances maiores de serem completamente expostos e punidos, enquanto desvios que chegam ao conhecimento de entidades de classe (como no caso dos médicos), costumam ser acobertados do restante da sociedade, e punidos apenas com reprimendas de âmbito interno à associação. Assim, a questão do desvio, como relação social que é, envolve aspectos econômicos, temporais, políticos, de gênero: em resumo, tudo aquilo que pauta a vida do homem como grupo organizado.

Por que repetir essas observações de senso comum? Porque tomadas em seu conjunto, elas sustentam o argumento de que o desvio não é uma simples qualidade, presente em alguns tipos de comportamento e ausente em outros. Contrariamente, é o produto de um processo que envolve as respostas das outras pessoas ao comportamento. O mesmo comportamento pode ser uma infração às regras em um momento e não em outro; pode ser uma infração quando cometido por uma pessoa, mas não quando cometido por outra; algumas regras são quebradas com impunidade, outras não. Em resumo, se um certo ato é desviante ou não depende em parte

da natureza do próprio ato (que é, se ele viola ou não alguma regra) e em parte do que as pessoas fazem a respeito dele. (BECKER, 1973, p.14, tradução nossa)

Além de reconhecermos que o desvio é criado pelas respostas das pessoas a tipos especiais de comportamento, pela rotulação desse comportamento como desviante, devemos também ter em mente que as regras criadas e mantidas por tal rotulação não são aceitas universalmente. São, sim, objeto de conflito e discordância, parte do processo político da sociedade. (BECKER, 1973, p.18, tradução nossa).

As regras consideradas por Becker (1973) não são apenas aquelas encampadas pelo sistema jurídico do Estado, mas também todas as que têm força para vetar determinados tipos de ação, assim como para punir seus transgressores. É na criação de regras jurídicas, entretanto, que Becker (1973) encontra claramente exposto todo o processo de criação de uma regra e, conseqüentemente, da criação de um grupo de desviantes. O autor destaca, inicialmente, dois tipos ideais de atores envolvidos com uma regra: os criadores de regras e os executores dessas. Um tipo especial de criadores de regras atrai a atenção de Becker (1973): o daqueles que empreendem “cruzadas morais”. Esses *moral crusaders* geralmente atuam com paixão, enxergando naquilo que procuram combater a materialização do mal puro. A trajetória deles também se dá por etapas: primeiro, buscam divulgar sua opinião, difundindo-a por meio da opinião pública; geralmente, contando com o apoio de especialistas, encarregados dos aspectos técnicos do assunto, os *moral crusaders* aguardam o momento de maior popularidade de sua causa para oferecerem sua solução ao Estado; casas legislativas atentas à vontade popular geralmente não demoram em criar a nova regra, principalmente se o grupo dos que correm o risco de se tornarem desviantes não reagir, organizando-se de maneira semelhante aos *moral crusaders*. Aprovada a nova regra, os *moral crusaders* perdem o papel principal na trama, deixando espaço para atores envolvidos diretamente com a execução de regras.

É comum ocorrerem “distorções” nos motivos originais dos *moral crusaders* à medida que esses não desempenham mais as funções principais do processo: o envolvimento de especialistas na relação pode fazer com que esses insiram seus interesses na regra que é elaborada, a tramitação dessa no meio legislativo também pode levar a “desfigurações” na proposta original, assim como a implementação vai estar sujeita às limitações de toda ordem que contingenciam o trabalho dos agentes da lei. Cumprida sua função (mesmo que de forma incompleta), os *moral crusaders* podem se

conformar com sua vitória parcial, e assim, partirem em busca de outro objetivo; podem ainda, inconformados, aferrarem-se à proposta original que tinham em mente, tentando ressuscitar a cruzada que empreenderam enquanto as infinitas relações da sociedade se encarregam de moldar ainda mais a regra criada.

Cada vez mais isolados e distantes daquilo que as pessoas obedecem e aplicam em relação ao assunto em questão, os *moral crusaders* acabam por se tornar, eles mesmos, os aberrantes da sociedade, os *outsiders* da vez (BECKER, 1973).

O conjunto de fatores que envolvem o cometimento de atos desviantes é amplo o suficiente para servir de base para que se estruture uma “identidade desviante”. Becker (1973) mostra, no estudo de caso sobre os usuários de maconha, a forma como um novato é introduzido aos elementos que compõem essa identidade, que vão desde as técnicas para o melhor consumo da droga, passando pelo aprendizado sobre como distinguir seus efeitos, culminando na elaboração de uma “ideologia” própria, que justifica e defende o uso da maconha.

À medida que o sujeito avança nas etapas dessa carreira desviante, vai criando uma “identidade desviante” cada vez mais forte, que se sobrepõe à identidade que a liga aos outros grupos sociais.

O processo de rotulação do sujeito desviante se relaciona intimamente com a construção da identidade desviante. Isso porque os conceitos associados à identidade de um desviante pelo todo da sociedade são muito fortes. Howard Becker (1973) explica que os estereótipos associados aos sujeitos desviantes têm características predominantes em dois sentidos: primeiro, no sentido de que o rótulo de desviante geralmente é a característica que mais se destaca em uma pessoa, de maneira que essa, após rotulada, passa a ser reconhecida apenas como “aquela que cometeu determinado ato desviante”; segundo, no sentido de que costuma-se associar ao desvio em si várias outras características negativas, que o sujeito em questão não necessariamente possui. Uma vez rotulado como ladrão, o sujeito será sempre ladrão (em todas as suas relações pessoais) e apenas ladrão (sempre lembrado inicialmente por se desvio). Dessa maneira, configura-se uma tendência que impulsiona o sujeito, já rotulado como desviante, cada vez mais decisivamente em direção ao “passo” seguinte da “carreira” de desvio. Becker (1973) afirma que não se trata de determinismo ou de uma consequência inevitável, apenas que, a partir do momento em que alguém é marcado como desviante, os mecanismos citados acima funcionam no sentido de, cada vez mais, fechar portas na



sociedade e abrir portas no “universo desviante”. A reversão do processo é cada vez mais difícil.

Tratar uma pessoa como se fosse genericamente – ao invés de especificamente – desviante produz uma profecia autorrealizável<sup>2</sup>. Isso ativa uma série de mecanismos que conspiram para moldar a pessoa à imagem que as outras fazem dela. Primeiramente, tende a ser isolada – uma vez identificada como desviante – da participação em grupos mais convencionais, mesmo se as consequências específicas da atividade desviante em questão nunca pudessem, por si só, ter causado o isolamento se não fosse pelo conhecimento público e pela reação gerada. (...) Nesses casos, o indivíduo encontra dificuldades para respeitar outras regras, que ele não tinha a intenção ou desejo de quebrar e, inevitavelmente, torna-se desviante nessas áreas também. (...) Quando o desviante é pego, ele é tratado de acordo com o diagnóstico popular de por que ele é assim, e o tratamento, por si só, tende a produzir ainda mais desvio. (BECKER, 1973, p.34, tradução nossa)

O comportamento do sujeito é muito mais uma consequência da reação do público em relação ao desvio, do que consequência das próprias qualidades inerentes ao ato desviante. (BECKER, 1973, p.35, tradução nossa)

A forma como a sociedade reage à descoberta da prática de um ato desviante marca, sobremaneira, o autor do desvio. Becker (1973) foi duramente criticado por isso após a publicação inicial de *Outsiders*.

À parte das críticas de origem quase política, que atacavam Becker por relativizar os danos causados pelos atos desviantes em si, o centro da resistência à teoria apresentada em *Outsiders* se encontrava no combate à ideia de “rotulamento” das pessoas desviantes. Becker (1973) afirma, no capítulo especialmente dedicado à sua réplica, que não propôs mecanismos fatalistas, deterministas ou incontornáveis. O que ele fez foi criar um conceito de desvio social, com categorias e gradações específicas, chamando a atenção para a matriz já exposta nesse trabalho.

O mais importante a respeito da discussão que se seguiu à publicação de *Outsiders* foi o destaque dado à importância da “rotulação” da pessoa como desviante. Essa marca tem efeitos tão nítidos e graves que remete à ideia do estigma, desenvolvida por Erving Goffman (1988), que será exposta a seguir.

---

<sup>2</sup> No original, *self-fulfilled prophecy*.

### 3 ESTIGMA: NOTAS SOBRE A MANIPULAÇÃO DA IDENTIDADE DETERIORADA

Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada (1988), de Erving Goffman, foi inicialmente publicado em 1963. Traz, além do ano de publicação original, muitos outros aspectos em comum com *Outsiders* (BECKER, 1973), como o fato de se tratar de uma obra teórica sobre comportamento desviante, ter sido elaborada por outro discípulo da Escola de Sociologia de Chicago, e também por não abrir mão da perspectiva empirista (a “proximidade do objeto”) tão cara aos representantes dessa corrente de pensamento. As semelhanças entre essas duas perspectivas sobre o mesmo tema, a de Becker (1973) e a de Goffman (1988), levou o presente trabalho a conclusões bastante interessantes, que serão expostas no item seguinte. Por enquanto, vejamos as ideias de Erving Goffman (1988).

Goffman (1988) define estigma como algo que captura a atenção das pessoas de forma tão imediata e marcante, que as impede de perceber outras características do portador dessa marca. Mais que isso, o estigma também traz consigo um conjunto de atributos que são automaticamente associados ao seu portador, que passa a sofrer das consequências desses, mesmo se não os tiver. Disso derivam formas de tratamento dos estigmatizados que obedecem a esse conjunto de valores comumente associados ao estigma, e é a partir daí, que são feitos os isolamentos, as discriminações e outras atitudes do gênero.

Goffman (1988), ao se aprofundar nesses aspectos relativos à imagem pessoal e aos valores que associamos a ela, é bastante cuidadoso ao definir “identidade”. Assim, o conceito divide-se em seus aspectos “interno” e “externo” ao sujeito; respectivamente, “identidade do eu” e “identidade social/pessoal” (GOFFMAN,1988). A “identidade do eu” está relacionada à forma com que o sujeito vê a si mesmo, ao conceito que ele guarda de si próprio. Já os aspectos externos da identidade comportam duas categorias: a identidade “social” é aquela atribuída ao sujeito pela sociedade, a partir do papel que esse indivíduo representa na sociedade; e a “identidade pessoal”, que é vinculada à pessoa a partir do relacionamento direto com essa (GOFFMAN, 1988).

Ainda a respeito de imagem e identidade, o autor (GOFFMAN,1988) trabalha também com a definição dos meios por meio dos quais essas são transmitidas, contribuindo, sobretudo, com a formação de “identidades sociais virtuais” (versão imediatista da “identidade social”, estruturada a partir de avaliações superficiais da

pessoa em questão). Classificando os “signos” que carregam as “informações sociais”, Goffman (1988) cria três categorias: signos de prestígio, que são os que buscam afetar positivamente a imagem de seu portador, como os distintivos da maçonaria que muitos de seus membros levam na lapela; os signos de estigma, que têm o efeito oposto dos de prestígio, como a bengala do cego; e os signos “desidentificadores”, que têm por função colocar em dúvida o significado de outro signo carregado pela pessoa em questão, como o caso citado por Goffman (1988), no qual analfabetos passaram a usar pesados óculos de leitura, como forma de disfarçarem sua condição. Os signos que carregam informação social, assim, criam, nas pessoas que os veem, impressões a respeito de seus portadores. Essas impressões – “identidade social virtual” – por sua vez, geram expectativas de comportamento no meio social à volta do sujeito, que serão satisfeitas ou não, com consequências cruciais.

(...) Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social” (...).

Baseando-se nessas preconcepções, nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso.

(...) Assim, as exigências que fazemos poderiam ser mais adequadamente denominadas de demandas feitas “efetivamente”, e o caráter que imputamos ao indivíduo poderia ser encarado mais como uma imputação feita por um retrospecto em potencial – uma caracterização “efetiva”, uma identidade social virtual. A categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir, serão chamados de sua identidade social real.

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente dos outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes, ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 1988, p.11-2, destaque nosso).

Erving Goffman (1988) dispensa, em *Estigma*, bastante atenção aos aspectos empíricos do assunto que trata. O faz, entretanto, entrelaçando uma grande quantidade de exemplos empíricos ao desenvolvimento de sua argumentação teórica.

Quando Goffman (1988) trata das duas categorias de estigmatizados por ele estabelecidas e passa a dedicar atenção especial aos vários tipos de situações vividas por cada uma delas (assim como aos estratagemas utilizados pelos estigmatizados para contornar os obstáculos dessas situações), a progressão do raciocínio é permeada por várias transcrições de passagens vividas por estigmatizados em situações semelhantes.

Essa característica torna o desenvolvimento teórico realizado em *Estigma*, em certos pontos, um pouco fragmentado. Por exemplo, a classificação dos estigmatizados em “desacreditados” (aqueles que têm seu estigma facilmente perceptível) e “desacreditáveis” (aqueles que têm como dissimular seu estigma em algumas situações), quando exposta, não parece ser essencial. Posteriormente, entretanto, percebe-se que a categoria na qual se encaixa o estigmatizado determina totalmente sua personalidade, a forma como age em relação ao estigma e à sociedade ao seu redor.

Como decorrência direta do tipo de estigma que carrega, o indivíduo desacreditado tem seu foco de ação – e de preocupação – nas relações sociais que estabelece (GOFFMAN, 1988). Por ser imediatamente percebido em sua condição, o estigmatizado desacreditado tem como desafio tentar evitar que seu atributo mais chamativo determine totalmente a imagem que fazem dele.

Goffman (1988) destaca várias alternativas à disposição dos desacreditados nesse sentido: a “normalização”, processo no qual o estigmatizado busca ser incluído no grupo através da realização de tarefas extraordinárias; a transformação do estigma em uma espécie de “prova de fé”, um desafio que instiga o estigmatizado a ser cada vez mais paciente, compreensivo, a descobrir novos aspectos da vida que antes eram desprezados e a inspirar outras pessoas através de seu exemplo; o desenvolvimento de grande agressividade, que se origina da sensação de “estar sendo julgado” – e, quase sempre, condenado – que o estigmatizado desenvolve quando está frente a pessoas “normais”; a busca do isolamento da sociedade, que em muitas vezes envolve até o rompimento com relacionamentos fortes da época pré-estigma de sua vida; o uso do estigma como justificativa para qualquer outro tipo de erro ou falta cometida.

A relação “mista”, que envolve estigmatizados e pessoas “normais”, não é fonte de tensão apenas para os desacreditados, mas também para os “normais”; esses, quando bem intencionados, têm dificuldades em localizar a tênue linha que separa o comportamento solícito do “superprotetor/ofensivo”, o tratamento “como a um igual” do desdém puro e simples (GOFFMAN, 1988). O resultado costuma ser desagradável

para ambas as partes, de forma que a tendência natural seja a de todos evitarem as relações mistas, imperando o desconforto quando essas são inevitáveis.

Goffman (1988) expõe ainda mais alguns tipos ideais que costumam participar dessa trama: os “informados”, que são “normais” que empunham a bandeira dos desacreditados, esforçando-se para serem aceitos no grupo de estigmatizados, e conformando um processo bastante complexo, que poucas vezes atinge o sucesso; os “ativistas estigmatizados”, que geralmente lideram a defesa de sua causa, ganhando exposição pública, relacionando-se bastante com círculos influentes dos “normais” (na posição de representante de sua “categoria”), e exagerando os aspectos mais dramáticos de vida de estigmatizado (como forma de angariar apoio popular); e os parentes de estigmatizados, que frequentemente sofrem um pouco do tratamento dedicado aos seus familiares (“herdam” o estigma, de certa forma).

Ainda no que tange aos desacreditados, Goffman (1988) desenvolve análise acerca de dois aspectos essenciais à compreensão de sua situação: a capacidade de eles formarem grupos e a oposição existente entre espaço público e espaço privado, que marca intensamente suas vidas cotidianas. Os desacreditados, principalmente aqueles de categorias de estigmas semelhantes, costumam se identificar uns com os outros, manter certo contato, mas Goffman (1988) não os coloca como elementos formadores de “grupos” propriamente ditos (dotados de forte identidade comum, unidos em torno de valores e interesses compartilhados). Ao invés disso, ocorre mais frequentemente o apoio a uma associação coletiva que os represente e faça frente à sociedade que quase sempre os prejudica e discrimina.

Goffman (1988) destaca o papel que publicações voltadas a determinados tipos de desacreditados têm para gestar associações comuns, e alavancar seus líderes à notoriedade. O papel dessas associações e líderes parece ser similar ao dos grupos de interesses de desviantes – destacados por Becker (1973) – que se organizam para lutar contra a regra cujo desrespeito os torna desviantes.

A dificuldade na formação de grupos sociais coesos reside principalmente no fato de que os desacreditados, devido à sua situação especial, não deixam de ser portadores de uma série de outros conceitos que podem afastar os seres humanos. Assim, há registros (GOFFMAN, 1988) de desacreditados discriminando-se mutuamente graças à origem racial, social ou até mesmo devido às características específicas do estigma alheio.

Quanto à questão dos espaços públicos, por serem esses o local por excelência dos contatos mistos, naturalmente são preteridos em relação aos espaços privados; esses, por sua vez, são representados não apenas pela casa – local de autoconfinamento para muitos desacreditados – mas também por “áreas reservadas” nas quais só penetram os estigmatizados, e onde eles podem se sentir realmente livres (GOFFMAN,1988). Mesmo parecendo radical esse isolamento, Goffman (1988) aponta que não faltam defensores a esse enfoque.

Podemos ver, assim, que as preocupações dos estigmatizados desacreditados se relacionam com a manipulação de relações sociais. Já no caso dos estigmatizados desacreditáveis, é a manipulação de informações a seu próprio respeito que tem importância central. O estigma se torna um segredo a ser mantido, sendo o sucesso no desempenho dessa tarefa capaz de excluir a pessoa da categoria dos estigmatizados.

Para tratar dessa categoria de estigmatizados, Goffman (1988) expõe o conceito de biografia: trata-se de conjunto ao qual são adicionadas informações acerca de determinada pessoa, à medida que esses dados são expostos publicamente (e têm relevância para quem elabora a biografia); o Estado mantém registro de nascimento, e assim dá início à coleção de fatos que compõem a sua versão da biografia dessa pessoa; outras pessoas também constroem biografias do indivíduo em questão, à medida em que vão sabendo a seu respeito. Aí reside o dilema do desacreditável (GOFFMAN, 1988): em controlar o fluxo de informações a seu respeito que é disponibilizado ao mundo exterior – e para “quais partes” desse – de forma a ter influência sobre as biografias que são elaboradas a seu respeito.

Novamente, Goffman (1988) expõe os diversos estratagemas usados pelos estigmatizados para tornar menos desagradável sua posição. Cita, desde surdos que desenvolvem complicados mecanismos para camuflar sua deficiência, até indivíduos que rompem totalmente com todos os aspectos de suas vidas – emprego, local de residência e até nome – para tentar “começar de novo” em outras condições (e novamente, com processo de controle de informação). A descoberta “do segredo” de um desacreditável o transforma automaticamente em um desacreditado:

(...) Ele pode voluntariamente revelar-se, transformando, portanto, radicalmente a situação de um indivíduo que tem informações a manipular na de alguém que deve manipular situações sociais difíceis, transformando a situação de uma pessoa desacreditável na de uma pessoa desacreditada. (GOFFMAN,1988, p.111)

O trecho transcrito acima, além de mostrar a transformação do *status* do estigmatizado, trata de situação na qual o desacreditável o faz por livre e espontânea vontade. Isso só é possível – após a longa exposição que Goffman (1988) faz dos métodos de manipulação informacional utilizados pelos desacreditáveis – como culminação de um processo lógico que o autor denomina “carreira moral”<sup>3</sup> do estigmatizado. A “carreira moral” é composta de vários passos que são superados à medida que o estigmatizado compreende e lida com o sentimento de profunda ambivalência que marca sua relação consigo mesmo, com sua deficiência e com a sociedade à sua volta (GOFFMAN,1988). Para compreender esse processo, importante analisar a parte decisiva do conceito de identidade, a “identidade do eu”, uma vez que as identidades “externas” já foram aqui abordadas.

A “identidade do eu” tem importância crucial, a partir de sua formação, no estigmatizado: o primeiro estágio de formação dessa identidade é a familiarização com os conceitos gerais da sociedade (enfim, valores da sociedade “normal”); o segundo estágio é a percepção da diferença que se possui em relação aos padrões “normais” (estéticos, de comportamento, étnicos, entre outros); e o terceiro estágio é o impacto causado pela rejeição por parte da sociedade “normal” (GOFFMAN,1988).

A formação do “sentimento de ambivalência” merece, nesse contexto, destaque especial: compartilhando com os “normais” praticamente todas suas crenças e valores, os estigmatizados sofrem de uma atração natural em relação ao universo “normal” que, por sua vez, nunca pode ser concretizada, graças às características intrínsecas do fenômeno do estigma; entre essas forças de atração e de repulsão, o estigmatizado experimenta os dois extremos de sentimentos em relação aos grupos sociais em torno dos quais gravita, alternando amor e ódio aos “normais”, assim como a seus semelhantes. A situação dos desacreditáveis é ainda mais delicada, uma vez que eles podem escolher – se têm sucesso manipulando a informação a seu respeito – o grupo do qual estarão mais próximos.

Em segundo lugar, supõe-se com frequência, e há provas disso, que a pessoa que se encobre sentir-se-á dividida entre duas lealdades. Ela sentir-se-á um pouco alienada de seu novo “grupo” porque não se identificará de maneira completa com a sua atitude em relação aos membros da categoria a que pertencia. E talvez se sentirá desleal e desprezível por não poder responder às

---

<sup>3</sup> Perceber a semelhança com o conceito de carreira desviante, desenvolvido por Becker (1973).

observações feitas por membros da categoria dentro da qual ela se encobre contra a categoria à qual pertencia – sobretudo quando ela própria considera perigoso não aderir a esse aviltamento. (GOFFMAN, 1988, p.98-9).

A identidade do estigmatizado, segundo Goffman (1988), sofre forte influência dos vários profissionais encarregados de lidar com ele. Médicos, psicólogos, assistentes sociais são tradicionalmente eficazes em transmitir valores “normais” aos estigmatizados, direcionando o processo de formação identitária para o que Goffman (1988) chama de “fantasma de aceitação pessoal”: o estigmatizado se insere no mundo “normal” ocupando exatamente o papel que os “normais” esperam que ele ocupe, ou seja, tolerante frente a discriminações, paciente com as embaraçosas gafes de “normais” mal-informados, e sobretudo respeitador dos “limites tácitos” à sua participação na sociedade.

No outro extremo, o estigmatizado rejeita o mundo “normal” e se volta para seus companheiros de infortúnio, mergulhado de tal forma no imaginário de seu grupo que acaba se tornando um militante da causa dos estigmatizados.

A “carreira moral” do estigmatizado é formada, então, de várias etapas situadas entre os dois extremos citados logo acima. Em seu estágio final – direção natural, porém não atingida por todos – a “carreira moral” termina no equilíbrio: no caso dos desacreditáveis, na revelação em público de seus segredos estigmatizantes (GOFFMAN, 1988).

Nos dois últimos capítulos de *Estigma* (1988), os dois menores da obra, Goffman trata de “desvio social”, expressão que, segundo ele, se aplicaria ao estudo dos estigmatizados, mas que, se utilizada, traria um grau considerável de imprecisão aos resultados. Segundo o autor, o estigma é um fenômeno cujo funcionamento se dá de acordo com as linhas gerais do desvio; porém, possui características especiais que justificam sua análise detalhada em separado (GOFFMAN, 1988). Afinal, a simples existência do estigmatizado se configura na “quebra” de uma regra.

Pode-se tomar como estabelecido que uma condição necessária para a vida social é que todos os participantes compartilhem um único conjunto de expectativas normativas, sendo as normas sustentadas, em parte, porque foram incorporadas. Quando uma regra é quebrada, surgem medidas restauradoras; o dano termina e o prejuízo é reparado, quer por agências de controle, quer pelo próprio culpado.



Entretanto, as normas com que lida esse trabalho referem-se à identidade ou ao ser, portanto, de um tipo especial. O fracasso ou o sucesso em manter tais normas têm um efeito muito direto sobre a integridade psicológica do indivíduo. Ao mesmo tempo, o simples desejo de permanecer fiel à norma – a simples boa vontade –, não é o bastante, porque em muitos casos o indivíduo não tem controle imediato sobre o nível em que apoia a norma. Essa é uma questão da condição do indivíduo, e não de sua vontade; é uma questão de conformidade e não de aquiescência. Somente se for introduzida a suposição de que o indivíduo deveria conhecer o seu lugar e nele permanecer, é que se pode encontrar, para a sua condição social, um equivalente completo na ação voluntária. (GOFFMAN, 1988, p.138-9).

Goffman (1988) elucida, então, que o estigmatizado deve ser visto como um “desviante normal”, uma vez que não quebrou qualquer regra, mas sua própria existência as viola. Assim, Goffman (1988) adota perspectivas bastante semelhantes às de Becker (1973), principalmente ao encarar o desvio como “uma relação”, e não como uma característica intrínseca.

Goffman, inclusive, considera que todas as pessoas falham, em algum aspecto, em preencher os quesitos exigidos pela sociedade, sendo que, ao menos em algum tipo de ocasião/relação, todos somos estigmatizados.

Goffman (1988) também se aproxima de Becker (1973) ao propor atenção especial não apenas aos desviantes, mas também àqueles que os rotulam assim. Essas coincidências em aspectos teóricos tão importantes é que permitiram que Goffman (1988), como conclusão de seu estudo, localizasse precisamente o fenômeno dos estigmatizados dentro do todo do estudo dos desvios sociais. É essa conclusão que, ao dar a coesão final ao raciocínio de Goffman (1988), ligando-o ao de Becker (1973), encerra *Estigma*.

#### **4 CONCLUSÕES**

São muitas as semelhanças entre as duas obras que acabaram de ser analisadas. Não apenas a semelhança entre objetos, mas também entre a forma de estruturação das obras, da argumentação e do raciocínio ficam patentes. O fato de ambos os livros terem sido publicados no mesmo ano, 1963, descarta a possibilidade de influência de uma obra sobre a outra. Deve-se reputar tais semelhanças, assim, à densidade e à qualidade

do pensamento da Escola Sociológica de Chicago, que tem em Howard Becker e em Erving Goffman duas de suas figuras de maior destaque.

*Outsiders e Estigma* podem ser vistos, à luz da comparação aqui feita, como estudos altamente complementares, interpenetrantes até. A riqueza da perspectiva comparada reside no fato de que cada autor concentra sua atenção em um “momento” do mesmo fenômeno: Becker (1973) trata mais do “pré-desvio” (mas não unicamente dele), dando atenção especial à criação das regras que determinam o desvio, ao cumprimento dessas regras, ao “rotulamento” de alguém como desviante; já Goffman (1988) parte do ponto em que o sujeito já possui a marca desabonadora que o associa ao desvio, e então trata das formas através das quais se busca sobreviver com o estigma.

Outra possibilidade de interpretação da interação entre as duas obras consideradas é a amplitude do campo adotada por cada um: apesar de nem Becker (1973) nem Goffman (1988) se distanciarem da Sociologia, podemos dizer que, enquanto o primeiro tratou o fenômeno do desvio social por meio de uma perspectiva mais “macro”, o segundo focou em aspectos “micro”. Há ainda a aproximação entre as obras naquilo que se refere à precisão dos termos: Becker trata do desvio em termos gerais, enquanto Goffman (1988) estuda uma de suas manifestações em especial.

Enfim, a conclusão especial é aquela que constata a riqueza da consideração dessas duas perspectivas em conjunto: as possibilidades de interação entre elas, assim como o poder de análise que proporcionam, parecem não ter limites.

## REFERÊNCIAS

BECKER, Howard. Conferência: A Escola de Chicago. **Mana – Estudos de Antropologia Social**. (s.1.), nº 2, out.1996.

\_\_\_\_\_. Howard. **Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance**. Nova York: The Free Press, 1973.

COHEN, Albert K. **Transgressão e Controle**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas: Editora Papyrus, 1995.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

VELHO, Gilberto. **Desvio e Divergência: uma crítica da Patologia Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.